PAPER SUBMITTED TO THE 13TH INTERNATIONAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL SOCIETY FOR THIRD SECTOR RESEARCH **VRIJE UNIVERSITEIT AMSTERDAM**, JULY 10-13 , 2018.

O papel da extensão universitária na promoção de inovação social: uma análise das experiências na Universidade Federal de Santa Catarina

André Tiago Dias da Silva[1]
Camila Pagani[2]

Resumo:

A ampliação do debate sobre inovação vai além das dimensões econômica e tecnológica e de seus impactos nos processos de desenvolvimento. Estudos centrados na ação que buscam atender uma determinada situação social insatisfatória, envolvem a Inovação Social e inclui novas ideias, produtos, modelos e permitem a criação de novas relações entre atores sociais. Trata-se de um processo de mudança social, promovido por diferentes públicos que se organizam para o enfrentamento de provas e construção conjunta de novas soluções, tendo a comunicação e a cooperação como base na construção de soluções inovadoras. Diante dos desafios impostos pela globalização e pelas demandas complexas da sociedade, a Universidade é desafiada em sua função social de dar respostas aos problemas públicos da sociedade. A extensão universitária surge como um importante vetor de experimentações para responder aos problemas públicos e promover transformações sociais. O objetivo deste estudo é entender o papel da extensão universitária na promoção de inovação social e identificar as principais experiências na Universidade Federal de Santa Catarina. Para tanto o estudo de caso de natureza qualiquantitativa, conta com um levantamento bibliográfico do estado da arte que envolve a extensão universitária e a inovação social, bem como um mapeamento das atividades extensionistas registradas nos sistemas informatizados da universidade. Como resultados tem-se uma relação de projetos de extensão voltados à promoção de inovações sociais. Entretanto, observam-se limitações em termos de inovação social do próprio modelo de Universidade e de ciência que se legitima atualmente.

Palavras-chave: Inovação Social. Universidade, Extensão Universitária.

[1] Universidade Federal de Santa Catarina - Florianópolis-SC, Brazil. E-mail: andrehtiago@gmail.com
[2] Universidade Federal de Santa Catarina - Florianópolis-SC, Brazil. E-mail: pagani.camila@gmail.com

Introdução

Diante de um cenário de crise ou de turbulencia da vida em sociedade, as universidades, em especial as públicas, costumam ser indagadas sobre suas funções e contribuições para a resolução de problemas públicos. É nesse contexto, que estas instituições vêm debatendo o papel da extensão universitária e buscando promover práticas de inovação social. Para além de um espaço de resposta às demandas sociais, a extensão universitária surge como um vetor de experimentações para dar respostas aos problemas públicos e tem um importante papel enquanto *lócus* de ação política da Universidade, já que suas ações pretendem gerar processos de mudança social.

Aliado ao atual contexto brasileiro de universidade e com sua estrutura alicerçada em ensino, pesquisa, e extensão, é que a inovação social vem sendo promovida. Entende-se a inovação social como uma intervenção coletiva que visa responder a uma aspiração, atender a uma necessidade, criar uma solução ou aproveitar uma oportunidade de ação, com vistas a modificar as relações sociais, transformar um quadro de ação ou propor novas orientações culturais (BOUCHARD, 2013). Em outras palavras, são inovações que, ao mesmo tempo, são boas para a sociedade e aumentam a capacidade da sociedade de agir.

Souza (2010) ressalta a necessidade do relacionamento positivo entre a Universidade e comunidade, sobretudo através da extensão. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) tem desenvolvido práticas de promoção de inovação social, através de seus projetos de ensino, pesquisa, e principalmente, por meio da extensão universitária. Nesse entendimento a extensão se coloca como essencial para uma pesquisa e para uma ciência que investiga, instiga, gera questionamentos e busca resultados frente aos complexos problemas sociais (DEMO, 1985) e, portanto, deve ser tratada de forma indissociável do ensino e da pesquisa.

Observa-se, no entanto, uma lacuna existente nos estudos quando se associa extensão universitária e inovação social no campo da administração. Estudar esse universo pode contribuir para o entendimento de como se faz extensão no dia-a-dia das universidades e como se promovem inovações sociais através de suas ações. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é entender o papel da extensão universitária na promoção de inovação social e identificar as principais experiências registradas neste caso.

A UFSC, somente em 2017, teve 6.215 atividades de extensão registradas e até maio de 2018, já foram registradas 3.381 atividades. Este estudo apresenta o resultado das atividades de extensão na promoção de inovação social, dos anos de 2016, 2017 e 2018, registrados na base de dados Sistema Integrado de Gerenciamento de Projetos de Pesquisa e de Extensão (SIGPEX) da universidade, além de atividades identificadas através da observação de práticas de promoção de inovação social.

Os caminhos da extensão Universitária no Brasil

A Universidade frente e as demandas sociais desempenha um papel importante, a partir da sua tríade (Ensino, Pesquisa e Extensão), buscando promover ações que visam fazer face aos problemas públicos.

No Brasil, a Extensão Universitária teve suas origens no início do século XX, como a criação do Ensino Superior, a partir de ações realizadas em Universidades localizadas nos Estados de São Paulo e Minas Gerais. Em 1931, o Decreto Lei 19.851 estabelece o objetivo da Extensão como forma de dilatar os benefícios da ambiência universitária.

No final da década de 1950 e início da década de 1960, universitários brasileiros, reunidos na União Nacional dos Estudantes (UNE), articularam movimentos culturais e políticos que foram fundamentais na formação de lideranças e na elaboração de metodologias que envolvessem ações comunitárias. Com a ditadura militar, foram promovidas as reformas da base, através da qual foram desenvolvidas três iniciativas importantes: o Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC); o Projeto Rondon; e a promulgação da Lei Básica da Reforma Universitária (Lei n. 5.540/68) (NOGUEIRA, 2005).

Na década de 1970, iniciativas dos Ministérios da Educação e Cultura (MEC) e Ministério do Interior criaram uma comissão que deu origem à Coordenação das Atividades de Extensão (CODAE). Foi através desta Coordenação que criou-se o Plano de Trabalho de Extensão Universitária, sob a influência das ideias de Paulo Freire (1992).

Na década de 1980, foi redefinida a concepção de Universidade Pública, reestruturando as práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão e questionada a visão assistencialista das ações extensionistas. A partir de então, a Extensão Universitária passou a ser percebida como um processo que articula o Ensino e a Pesquisa e se

relaciona com os novos movimentos sociais (FORPROEX, 2012).

Em 1987, foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), onde um novo conceito de extensão foi definido:

> A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da praxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento.
> Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (FORPROEX,1987).

A constituição de 1988, em seu artigo 207, também assegurou a "indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão" e estabeleceu que "as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderiam receber apoio financeiro do poder público" (BRASIL, 1988).

A partir da década de 1990, a institucionalização da extensão foi se fortalecendo a partir de diversas iniciativas e medidas como: (i) a criação do Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE) de 1993; (ii) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9.394), de 1996, onde que estabelece a Extensão Universitária como uma das finalidades da Universidade e institui a possibilidade de apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo; (iv) o Plano Nacional de Extensão, em 1998, destacando os seguintes pontos: a) reconhecimento, pelo Poder Público, de que a Extensão Universitária não se coloca apenas como uma atividade acadêmica, mas como uma concepção de Universidade Cidadã; b) a viabilidade de interferir na solução dos grandes problemas sociais existentes no País (NOGUEIRA, 2005).

Nos últimos anos a Extensão Universitária tornou-se o instrumento por excelência de inter-relação da Universidade com a sociedade, de oxigenação da própria Universidade, de democratização do conhecimento acadêmico, assim como de (re)produção desse conhecimento por meio da troca de saberes com as comunidades. Uma via de mão-dupla ou, como se definiu nos anos seguintes, uma forma de "interação

dialógica" que traz múltiplas possibilidades de transformação da sociedade e da própria Universidade Pública (FORPROEX, 2012). Em 2012, após os Fóruns de Pró-Reitores de Extensão de 2009 e 2010, estabeleceu-se um novo conceito de extensão universitária:

> "Sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade" (FORPROEX, 2012, p.42).

De maneira geral a concepção de extensão foi se modificando, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Concepções de Extensão

Concepções dominantes	Visão da Extensão	Visão da Sociedade
EXTENSÃO COMO REPASSE DE CONHECIMENTOS	Processo de difusão dos conhecimentos gerados na Universidade (principalmente por meio de cursos e prestação de serviços).	A comunidade é passiva e recebedora das ações promovidas de forma pontual pela Universidade, objetivando a resolução imediata dos problemas sociais.
EXTENSÃO COMO TROCA DE SABERES	Ação institucional voltada para o atendimento das organizações e populações, com um sentido de retroalimentação e troca de saberes acadêmico e popular.	As comunidades participantes deixam de ser o objeto para se tornarem sujeitos da ação extensionista.
EXTENSÃO COMO RESPONSABILIDADE DEUMA UNIVERSIDADE CIDADÃ ARTICULADA COM ENSINO E PESQUISA	Instrumento por excelência de inter-relação da Universidade com a sociedade, de oxigenação da própria Universidade, de democratização do conhecimento acadêmico, assim como de aplicação desse conhecimento no fomento a dinâmicas para o desenvolvimento sustentável e no fortalecimento das políticas públicas.	A relação passa ser de uma via de mão dupla, onde a interação dialógica entre os atores é o fio condutor das ações de extensão, de forma articulada com ensino e pesquisa.

Elaborado por SILVA (2016).

Os desafios impostos pela globalização e pelas demandas complexas da sociedade que buscam soluções aos problemas públicos, influenciam também na forma de se pensar a Universidade para além de seus "muros". Como aborda Santos e Almeida Filho (2008, p. 35), "o conhecimento pluriversitário que é um conhecimento contextual na medida que o princípio organizador da sua produção é a aplicação que lhe pode ser dada[..]A sociedade deixa de ser um objeto das interpelações da ciência para ser ela própria sujeita de interpelações à ciência [..] ".

A extensão universitária pode ser o caminho viável para atender ao conhecimento plural, já que atualmente, é por meio da extensão universitária, que as ações resultantes de ensino e pesquisa chegam às comunidades locais, como um instrumento de mudança da Universidade e da Sociedade. Souza (2010, p.42) ressalta a necessidade do relacionamento positivo entre a Universidade e comunidade, sobretudo a extensão como "possibilidade de manter vínculos concretos com a sociedade como um todo", sendo fundamental que esteja incorporada no projeto pedagógico das instituições.

O debate sobre Inovação Social na academia

O tema da inovação social tem estado atualmente na agenda do debate acadêmico. No âmbito global, muitas iniciativas têm desenvolvido ações de pesquisa e ensino sobre inovação social. É o caso das Universidades de Stanford, Harvard e Brown, nos Estados Unidos. No Canadá, o Centre *de Recherche sur les Innovations Sociales* (CRISES) é uma rede de pesquisadores que reúne oito Universidades do Québec, e o *Waterloo Institute for Social Innovation and Resilence* (WISIER), em Ontario são destaques. Na Europa, o *European Institute of Business Administration* (INSEAD) e a Universidade de Cambridge também abordam o tema (BIGNETTI, 2011).

Porém, o conceito de inovação social ainda não está consolidado nem no âmbito acadêmico nem no âmbito da prática, sendo alvo de debate em diversas áreas da ciência como a sociologia, administração e economia, por exemplo. Esses debates promovem a compreensão do conceito a partir do seu foco de interesse, acarretando na difusão e proliferação de definições sobre o tema. Porém, destaca-se que isso é comum em temas de abordagem mais recente como é o caso da inovação social. Tradicionalmente o interesse pelo tema da inovação relaciona-se mais à sua dimensão tecnológica, além dos seus impactos nos processos de desenvolvimento. Já a inovação social preocupa-se com o a dimensão social da inovação e seu impacto (BIGNETTI, 2011).

A partir dos anos 1980, com a entrada dos cientistas sociais no debate que envolvia o tema da inovação e desenvolvimento, originou-se uma forte crítica ao incrementalismo *schumpeteriano* e consequentemente a criação de uma nova agenda de pesquisa, centrada nos fluxos de conhecimento. Essa ação é resultado dos novos arranjos organizacionais, que atuam em parceria e que envolvem outras instituições além das empresas, como as universidades e governos através dos centros/ grupos de

pesquisa e incubadoras. Tais arranjos possuem múltiplas formas de regulamentação e variáveis que se constituem em pré-condições para a inovação, permitindo o reconhecimento e construção das agendas de pesquisa focalizadas na difusão de conhecimento e de novas formas de análise da inovação (ANDRADE, 2006).

Apesar do destaque nos últimos anos, os primeiros estudos sobre a inovação social emergem no século XIX, quando o economista William Lucas Sargant denominou de inovadores sociais algumas personalidades da época que propunham o bem-estar como uma solução para os problemas sociais, ao invés do trabalho. Já no século XX, a inovação social começou a ser percebida como uma alternativa a tradicional forma de se realizar as coisas e não mais como um ato realizado apenas para subverter a ordem social. Logo, o inovador social passou a ser visto como aquele empreendedor, ou agente de mudança social (GODIN, 2012). Nos anos 1940, McVoy (1940) publica um artigo na *American Sociological Review* que trata do processo de difusão da inovação social. Anos depois, Taylor refere-se às inovações sociais como "novas formas de fazer as coisas, novas invenções sociais" (TAYLOR, 1970, p. 70).

No quadro 2, são apresentadas algumas definições que a inovação social tem recebido, tendo como referência diferentes autores e fontes:

Quadro 2 - Distintas definições da inovação social

AUTOR	CONCEITO
Taylor (1970)	Formas aperfeiçoadas de ação, novas formas de fazer as coisas, **novas invenções sociais.**
Dagnino e Gomes(2000, in Dagninoet al, 2004)	Conhecimento – intangível ou incorporado a pessoas ou equipamentos, tácito ou codificado – que tem por objetivo **o aumento** da efetividade dos processos, serviços e produtos relacionados à **satisfação das necessidades sociais.**
Cloutier (2003)	Uma **resposta nova**, definida na ação e com efeito duradouro, para uma situação social considerada insatisfatória, que busca o bem-estar dos indivíduos e/ou comunidades.
Standford Social InnovationReview (2003)	O **processo de inventar**, garantir apoio e implantar novas soluções para problemas e necessidades sociais
Novy e Leubolt (2005)	A inovação social deriva principalmente de: satisfação de necessidades humanas básicas; aumento de participação política de grupos marginalizados; aumento na capacidade sociopolítica e no acesso a recursos necessários para reforçar direitos que conduzam à **satisfação das necessidades humanas e à participação.**
Rodrigues (2006)	**Mudanças na forma como o indivíduo se reconhece no mundo** e nas expectativas recíprocas entre pessoas, decorrentes de abordagens, práticas e intervenções.
Moulaertet al. (2007)	Ferramenta para uma **visão alternativa** do desenvolvimento urbano, focada na satisfação de necessidades humanas (e empowerment) através da inovação nas relações no seio da vizinhança e da governança comunitária.
Mulganet al. (2007)	**Novas ideias** que funcionam na satisfação de objetivos sociais; atividades inovativas e serviços que são motivados pelo objetivo de satisfazer necessidades sociais e que são predominantemente desenvolvidas e difundidas através de organizações cujos propósitos primários são sociais

Phillset al. (2008)	O propósito de buscar **uma nova solução para um problema social** que é mais efetiva, efi ciente, sustentável ou justa do que as soluções existentes e para a qual o valor criado atinge principalmente a sociedade como todo e não indivíduos em particular.
Pol e Ville (2009)	**Nova ideia que tem o potencial de melhorar a qualidade ou a quantidade da vida**.
Murray et al. (2010)	**Novas ideias (produtos, serviços e modelos)** que simultaneamente satisfazem **necessidades sociais e criam novas relações** ou colaborações sociais. Em outras palavras, são inovações que, ao mesmo tempo, são boas para a sociedade e aumentam a capacidade da sociedade de agir.
CRISES (2013)	**Uma intervenção** iniciada por atores sociais para responder a uma inspiração, para prover uma necessidade, para beneficiar-se de uma oportunidade capaz de modificar as relações sociais, pra transformar os padrões de comportamento estabelecidos ou para propor novas orientações.

Adaptado de Bignetti (2011).

A inovação social é aqui compreendida como uma intervenção que visa responder a uma aspiração, atender a uma necessidade, criar uma solução ou aproveitar uma oportunidade de ação, com vistas a modificar as relações sociais, transformar um quadro de ação ou propor novas orientações culturais (BOUCHARD, 2013). A arena pública, entendida como o espaço onde os atores se enfrentam recorrendo a estratégias de cooperação e de competição, de aliança e conflito (CEFAÏ, 2009), é onde as Universidades são atores fundamentais, e o local de destaque das inovações sociais. É nela que os problemas públicos emergem e, na qual, vários atores e instâncias, intervêm e se mobilizam, promovendo uma "inteligência transversal" que possa dar conta desses problemas públicos (ANDION et al 2014). Para Murray et al. (2010) a inovação social inclui novas ideias (produtos, serviços e modelos) que simultaneamente satisfazem necessidades sociais e criam novas relações ou colaborações sociais. Em outras palavras, são inovações que, ao mesmo tempo, são boas para a sociedade e aumentam a capacidade da sociedade de agir.

PERCURSO METODOLÓGICO

O presente estudo é uma pesquisa teórica, caracterizada como aquela que articula conceitos e sistematiza a produção de uma área de conhecimento, com o objetivo de criar novos questionamentos, incorporando e aprofundando o estado da arte de determinado assunto (MINAYO, 2002). A abordagem aplicada neste artigo é qualiquantitativa, onde as estratégias das abordagens qualitativas e quantitativas se complementam, podendo ser aplicadas em conjunto na pesquisa. Esse aspecto busca

minimizar a subjetividade e trazer maior credibilidade aos dados (FLICK, 2009, CRESWELL, 2007).

Em relação aos meios a pesquisa se caracteriza como bibliográfica, onde buscou-se fundamentação teórica nos temas pertinentes a pesquisa; e documental, pois utilizou-se de documentos e do Sistema de Gestão de Projetos de Pesquisa e Extensão - SIGPEX da UFSC, para levantamento de dados, além de sites institucionais dos projetos e atividades.

Ao consultar o SIGPEX, utilizando a busca com a palavra-chave ou título inovação social, durante os anos de 2016, 2017 e 2018, foram mapeadas 11 atividades de extensão universitária que continham a temática. Após a filtragem das atividades repetidas, foram analisadas 09 ocorrências registradas.

A presente pesquisa ainda encontra-se em construção e incluirá novas fontes de dados, como entrevistas junto a gestores da universidade, bem como coordenadores de projetos de extensão mapeados.

A Inovação Social no âmbito da Universidade Federal de santa Catarina - UFSC

No contexto das universidades brasileiras a UFSC destaca-se como uma das Universidades federais públicas com uma estrutura administrativa voltada a gestão da Inovação, através da Secretaria de Inovação (SINOVA) criada em 2016. Esta Secretaria tem como objetivo promover a inovação e o empreendedorismo, por meio de parcerias e interações com diferente atores, criando condições para que o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, produzido na Universidade, possa ser revertido em prol da sociedade (UFSC, 2018). Não existe de maneira explicita registros que abordem a inovação social pela Secretaria, no entanto foi possível observar uma iniciativa através de um servidor, o evento "Circuito de Inovação Social".

Além da Secretaria de Inovação, que faz parte do aparato administrativo da UFSC, outros Centros apresentam projetos de extensão voltados para a inovação social. O mapeamento realizado através da plataforma SIGPEX da UFSC identificou 09 nove atividades de extensão, conforme quadro 3. Cabe destacar que a UFSC considera em seu sistema SIGPEX, os seguintes tipos de extensão: programa, projeto, curso, evento, e prestação de serviço.

Quadro 3 – Projetos de Extensão da UFSC relacionadas a inovação social, entre os anos de 2016 a 2018

NOME ATIVIDADE	TIPO	CENTRO/CAMPUS	ANO
Desenvolvimento e inovação social em debate Tecnologias assistivas: Mobilidade e moda inclusiva	Evento de extensão (Ciclo de Debates)	Campus Blumenau	2016
Extensão para a Inovação Social e Negócios Inclusivos	Projeto de extensão	Campus Ararangua	2017
III Holodeck - Educação e Inovação: Educação empreendedora	Evento de extensão (seminário)	Centro Ciências da Educação (CED)	2017
Experiências em extensão no campus Blumenau	Evento de extensão (Ciclo de Debates)	Campus Blumenau	2017
Inovação social digital: uma revisão integrativa acerca de um conceito emergente	Publicações – Revisão de artigo cientifico	Campus Ararangua	2017
VII Congresso Internacional de Conhecimento e Inovação – Ciki	Evento de extensão (Congresso)	Centro Tecnológico (CTC)	2017
Circuito de inovação social: Mapeando problemas e trazendo soluções	Evento de extensão (Ciclo de Debates)	Secretaria de Inovação (SINOVA)	2018
EnANPAD "Inovação Social em Rede: o caso do Instituto Brasileiro"	Publicações – Revisão de artigo cientifico	Centro Tecnológico (CTC)	2018
Práticas voltadas ao bem-estar animal que resultam em inovação social: o caso da organização bem animal	Banca externa - mestrado	Centro Sócio Econômico (CSE)	2018

Fonte: Sistema Integrado de Gerenciamento de Projetos de Pesquisa e de Extensão (SIGPEX) da UFSC, 2018.

A UFSC tem em sua estrutura 11 Centros de Ensino e 5 campi. Ao analisar o quadro 3 é possível observar que em apenas três centros de ensino, correspondente a 28% do total, e em dois campi há registros de atividades de extensão universitária com a temática de Inovação Social.

Para além das atividades mapeadas pelo SIGPEX, foram analisadas duas atividades extensionitas relacionadas diretamente à Pró-Reitoria de Extensão, órgão executivo central, integrante da Administração Superior da UFSC. Tais atividades atendem ao conceito de inovação social e de alguma forma a promovem. Trata-se do Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI) e o Projeto Institucional Sala Verde.

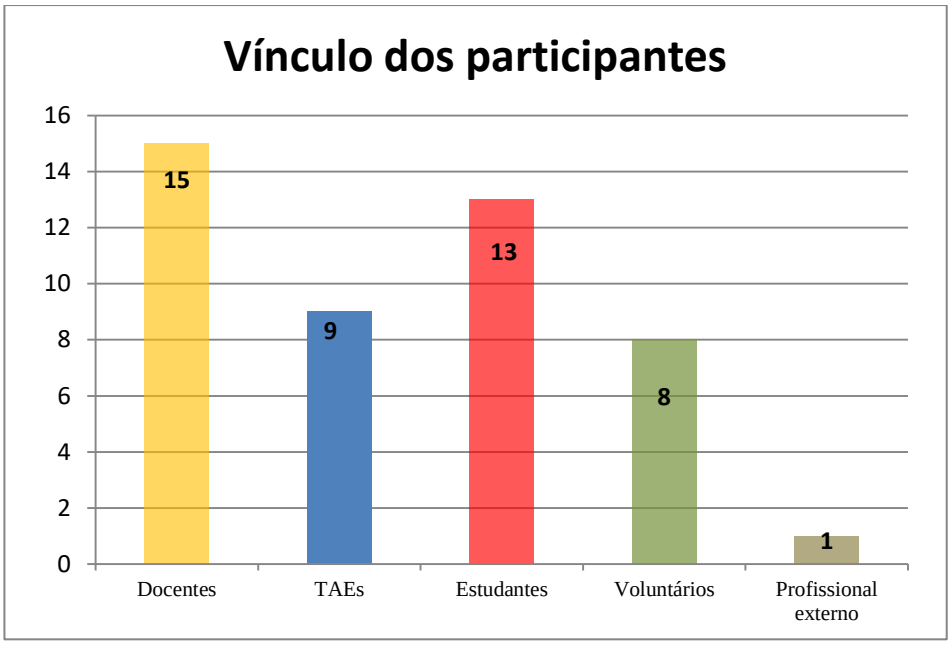
O NETI está registrado no SIGPEX como um programa de extensão, tendo em sua Coordenação um Servidor Técnico Administrativo, além dos quatro Técnicos que compõe o quadro. O Núcleo foi criado em 1982, diante da "necessidade de desenvolvimento de ação integrada com grupos representativos da comunidade com vistas a promoção social da população idosa" UFSC (1983). Suas atividades, como oficinas, cursos, debates, palestras e eventos, além de acesso ao sistema formal de ensino fundamental e médio, estão atreladas a educação permanente, ofertando com e para os idosos ações voltadas ao processo de envelhecimento e ao protagonismo de seus participantes, buscando um novo olhar da sociedade para o envelhecimento. Essas práticas estão alinhadas a sua missão de “redescobrir, recriar de forma integrada, sistematizar e socializar o conhecimento de gerontologia, desenvolvendo atividades de promover as pessoas da terceira idade no meio acadêmico e comunitário, como sujeitos em transformação e transformadores" (NETI, 2018).

O projeto Sala Verde está cadastrado como um projeto de extensão institucional e conta com dois servidores Tecnico Administrativos, sendo um na coordenação. Criado em 2004, o projeto consolida-se como um espaço propício à Educação Ambiental e ações Socioambientais. Atua em sintonia com os diversos cursos de graduação e pós-graduação, expandindo as fronteiras de atuação da universidade por trabalhar com todas as faixas etárias e com público interno e externo à instituição, através de projetos próprios e/ou apoiando iniciativas de outros grupos/instituições. Envolve bolsistas de extensão e acadêmicos em estágios obrigatório e não obrigatório, além de voluntários. Suas ações buscam trazer novas experiências de consumo de recursos naturais que objetivam a sustentabilidade (UFSC, 2016).

Em 2018, a comunidade universitária conta com mais de 40.200 pessoas. Desse total, quase 35 mil são estudantes de todos os níveis de ensino, Mais de 3 mil são Técnicos Administrativos em Educação e quase 2500 são docentes (UFSC, 2018b). Além disso, há ocorrência de voluntários que atuam nas atividades desenvolvidas na Universidade, em especial na extensão.

Nas 11 atividades mapeadas, que envolvem Inovação Social, foram levantados 46 participantes e suas vinculações com essas práticas extensionistas, conforme gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1 – Vínculo dos participantes nos Projetos de Inovação Social



Fonte: Dados primários com base no SIGPEX

Cabe destacar que por se tratarem de ações de extensão as atividades preveem a participação da comunidade acadêmica e da sociedade como um todo. O objetivo da extensão universitária é a aproximação com a realidade da sociedade e, através de ferramentas, soluções inovadoras, modelos aplicáveis, soluções de demandas emergentes, prove-se a inovação social.

Conclusão

Esse estudo encontra-se em fase de construção e, portanto, não se limita aos dados apresentados. O objetivo deste artigo foi apresentar a extensão universitária, através de ações de um caso específico, como veículo de promoção de inovação social.

Ao analisar os dados apresentados, fica exposto que a promoção de inovação social através da extensão universitária ainda é pouco difundida na UFSC. Apenas 11 atividades foram mapeadas, no Universo de 9.965 atividades de extensão registradas durante o período de janeiro de 2016 a junho de 2018. Isso pode ser resultado da

“recente” discussão sobre o conceito de inovação social. Tal fator pode estar atrelado à origem das atividades, já que apenas 32% das unidades de ensino foram identificadas entre os projetos levantados. Outro fator de influência no resultado final é forma como são cadastradas e nomeadas as atividades, já que é possível que existam atividades que promovam a inovação social, mas que não destacaram este conceito quando cadastradas. Além disso, percebe-se a falta de ações institucionais voltadas diretamente a inovação social, em especial por parte da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e da Secretaria de Inovação (SINOVA), já que não foram identificados editais ou outras formas de incentivos institucionais com vistas a promoção deste tema.

Outro aspecto observado que justificaria o baixo número ocorrências são os vínculos institucionais dos participantes dos projetos. Do total encontrado 40% são Técnicos-Administrativo em Educação ou voluntários, 28% são estudantes de graduação e pós-graduação. Tais categorias apresentam restrições institucionais para a coordenação e execução dos projetos. Apenas, 32% são docentes. Se retirarmos o tipo de atividade “publicações e participação em banca”, pois são atividades pontuais e individuais, à frente das coordenações dos projetos, temos 05 docentes e 03 Técnicos-Administrativo.

Por tais aspectos, mesmo que preliminares, pode-se concluir que as limitações em termos de inovação social da extensão na UFSC, estão vinculadas as limitações do próprio modelo de Universidade e de ciência que se legitima atualmente (nacional e internacional). O debate sobre a extensão e sobre a inovação social, apresentado no marco teórico e levantado dos resultados preliminares, nos remete então a outro debate mais amplo: a forma do “fazer” ciência. Entendemos que reposicionar a extensão exige um esforço, uma luta para (re)significar o modelo dominante de Universidade e de Ciência que temos valorizado. Do contrário, fica ampliado o desafio de se alcançar uma extensão geradora de transformações sociais.

Referências

ANDION, Maria Carolina Martinez. et al. Sociedade civil e inovação social na esfera pública: proposta de um quadro teórico-metodológico com base na sociologia pragmática. IN: ENAPG, 2014.

ANDRADE, Thales Novaes de. Aspectos Sociais e Tecnológicos das Atividades de Inovação. Revista Lua Nova, no 66, 2006, p. 139-166.

BARBOSA, Regina Helena Simões. Tema de discussão: Extensão Universitária. Jornal O Globo. Rio de Janeiro, 23 de jan de 1997. Opinião, p. 6.

BECKER, Howard S. Métodos de pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Hucitec. 1997

BIGNETTI, L.P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 47, N. 1, p. 3-14, jan/abr 2011.

BOUCHARD, M (Ed). Innovation and Social Economy. Toronto: University of Toronto Press, 2013

BRASIL**. Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

CLOUTIER, J. Qu'est-cequel'innovationsociale?Montréal: CRISES, 2003.

CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa*: métodos qualitativos, quantitativos e mistos. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DEMO, P., 1985. Metodologia científica em ciências sociais. São Paulo, Atlas.

FLICK, U. An introduction to qualitative research. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2009

FORPROEX. **I Encontro De Pró-Reitores De Extensão Das Universidades Públicas Brasileiras, 1987, Brasília**. Conceito de extensão, institucionalização e financiamento.Disponível em: http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf Acesso em: março de 2014.

_____. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus: FORPROEX, 2012. Disponível em: http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf . Acesso em: 06/05/2016.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação**? 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GODIN, B. (2012). Social Innovation: Utopias of Innovation from c.1830 to the Present Project on the Intellectual History of Innovation.Working Paper. Centre de recherché sur les innovations sociales (CRISES). n. 11. 2012. disponível em <http://www.csiic.ca/PDF/SocialInnovation_2012.pdf>

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

MURRAY, R.; CAULIER-GRICE, J.; MULGAN, G. (2010); The Open Book of Social Innovation. London, NESTA/The Young Foundation.

NETI. Núcleo de Estudos da Terceira Idade. Objetivos, Princípios e Missão. Disponível em: http://neti.ufsc.br/apresentacao/ Acesso em: 20/05/2018

NOGUEIRA, M. D. P**. Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005

SANTOS , Boaventura de Souza; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A Universidade do Século XXI:** para uma Universidade Nova. Coimbra: Almedina, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, André Tiago Dias da. "Inovação Social na Extensão Universitária: A experiência no Núcleo De Estudos Da Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação – UDESC. Florianópolis, março de 2016.

SOUZA. Irineu Manoel de. Contribuições para a Construção de uma Teoria de Gestão Universitária. In: SILVEIRA, Amélia; DOMINGUES, Maria José Carvalho de Souza. Reflexões sobre Administração Universitária e Ensino Superior. Curitiba: Juruá; Blumenau: Edifurb, 2010. p. 17-47.

TAYLOR, J. Introducing Social Innovation. The Journal of Applied Behavioral Science, 6(6):69-77, 1970. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1177/002188637000600104.Acessado em 10/08/2014

UFSC. Secretaria de Inovação da UFSC. Disponível em < http://sinova.ufsc.br/> Acesso em 06/06/2018.

_____. Comissão eleitoral da UFSC. Disponível em <http://comeleufsc.ufsc.br/>. Acesso em 06/05/2018.

_____. Gabinete da Reitoria. **Criar o Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI), e vinculá-lo à Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e de Extensão.** Portaria n. 484 de 03 de agosto de 1983.

_____.**Sala Verde da UFSC**. Relatório anual 2016. Florianópolis, 2016.